

1ª quinzena de junho de 1999

ADI VERSO

Jornal da Adufrgs

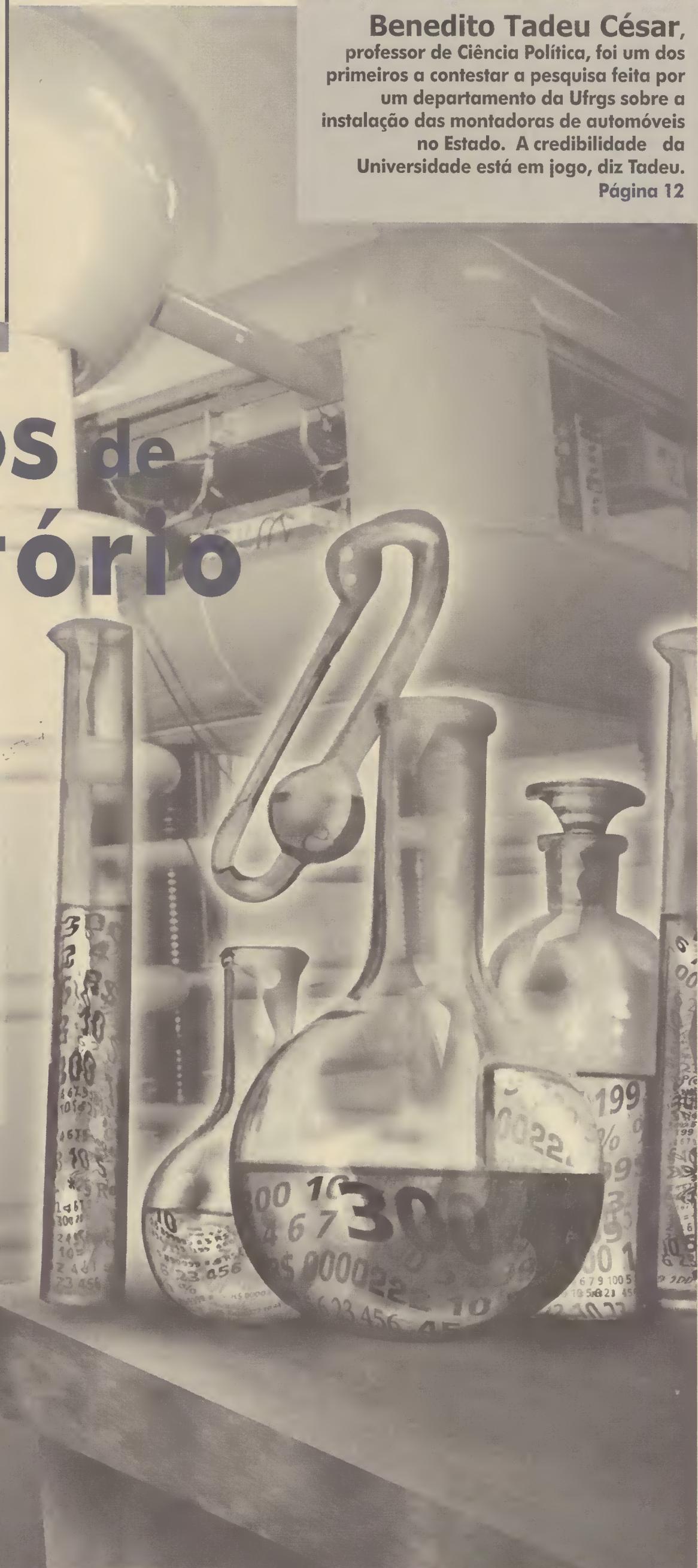
nº 47

Números de laboratório

Uma base de dados elaborada pelas próprias empresas serve de parâmetro para o governo federal afirmar que o setor privado é responsável por um terço dos recursos destinados à pesquisa no Brasil. Analisando a metodologia aplicada no levantamento, especialistas encontraram disparidades que revelam a intenção do Ministério da Ciência e Tecnologia em divulgar estatísticas prematuras para "fabricar" uma realidade que o país não conhece na prática.

Central

Benedito Tadeu César,
professor de Ciência Política, foi um dos primeiros a contestar a pesquisa feita por um departamento da Ufrgs sobre a instalação das montadoras de automóveis no Estado. A credibilidade da Universidade está em jogo, diz Tadeu.
Página 12



Gilmar Fraga



Fábrica de números

Se os tempos não fossem tão difíceis para a pesquisa no Brasil, seria pouco mais do que irônico o empenho do Ministério da Ciência e Tecnologia em alardear dados que indicam um amplo investimento das empresas privadas no setor. A divulgação inquieta, mais do que surpreende. Afinal, são dados que contrastam com a experiência dos pesquisadores, que se defrontam com a lógica de importação de tecnologia predominante nas empresas e que dependem, para o desenvolvimento de seu trabalho, dos investimentos públicos.

A reportagem sobre os indicadores de ciência e tecnologia, neste número do *Adverso*, revela alguns dos procedimentos que tornaram possível a produção dos números fantasticamente otimistas de 68% de crescimento dos investimentos em pesquisa entre 1991 e 1997, com

31,6% de participação das empresas nesses investimentos em 97.

A contestação dos dados divulgados deve integrar nossa luta em defesa da universidade como espaço privilegiado de produção de conhecimento comprometido com o interesse público e a soberania do país.

A contestação desses dados deve informar, também, o questionamento das políticas industriais em vigor, que fizeram o déficit da balança de pagamentos tecnológicos saltar de US\$ 168,88 milhões, em 1994, para US\$ 498,52 milhões em 1996. Num país onde a aquisição de pacotes substitui a produção de novas tecnologias, o potencial criativo e os recursos humanos formados nas universidades são desperdiçados. O esforço investido pela sociedade nas universidades ao longo de décadas torna-se, na visão governamental, tragicamente supérfluo.

MENSAGEM

Prezada colega e companheira Tatiana:

Te escrevo, e te escrevendo o faço a todos os meus jovens colegas, em primeiro lugar para pedir desculpas e em segundo lugar para manifestar minha alegria e emoção. Pedir desculpas pela minha arrogância e preconceito de velho combatente de uma velha causa que genericamente poderíamos chamar de justiça e solidariedade. Meu preconceito é de achar que, em muitos casos, preconceitos principalmente com as suas carreiras, vocês não davam muita importância às questões sociais e à Universidade em seu conjunto com a sociedade e com a universidade. Além disso, que não compreendiam coisas que eu considerava evidentes, como a questão da justeza da gratuidade do ensino, so-

bre a qual as pessoas da minha geração passaram anos para elaborar e solidificar uma convicção.

Alegria e emoção porque ao manifestares uma opinião, que considero incorreta, é animada pelas mesmas razões que fazem com que depois de mais de trinta anos de militância eu continue na luta.

Alegria porque afasta minha preocupação que o hiato de gerações seja de valores e não de entendimento e diálogo, o que pode ser resolvido com discussão fraterna.

Obrigado pela lição de humildade que tu me destes, pela esperança que tu acendes no meu coração e pela certeza de que iremos caminhar juntos. Fraternamente, do teu companheiro e colega,

Carlos Schmidt

OBSERVATÓRIO

Retoque na economia

Matéria da revista *Carta Capital* mostra que o governo e boa parte da imprensa "dão aquele retoque nos números para mostrar um Brasil legal". Políticos em cargos de alta responsabilidade aconselham o público a ignorar análises econômicas. E a mídia divulga que a recessão está chegando ao fim com um acréscimo de 1,02% no Produto Interno Bruto (PIB) em relação ao quarto trimestre de 1998. A inflação ficará na casa de um dígito em 1999, diz a imprensa. Dificilmente ficará abaixo dos 16,8% acordados com o FMI, rebate *Carta Capital*. A imprensa adora noticiar que a inflação e a desvalorização cambial ficaram abaixo do que se previa mas não demonstra o mesmo interesse em alertar que agravam-se os problemas que causaram a crise: o déficit na balança comercial e o déficit público.

Mito de Cassandra

Para *Carta Capital*, o intelectual-presidente age como os generais-presidentes, que lançavam escárnio sobre as advertências para crises que se aproximavam. A ditadura militar costumava rotular de "cassandra" os críticos. No mito grego, Cassandra previu corretamente que a aventura amorosa de Páris levaria Tróia à ruína. Cassandra foi ridicularizada antes e depois de suas profecias terem se concretizado. O governo brasileiro parece temer o mito de que portadores de más notícias são sempre odiados. Por isso, mostra-se um "Brasil legal", diz *Carta Capital*.

Bomba dos EUA

A nova arma desenvolvida pelos Estados Unidos é um artefato capaz de destruir redes de informática e apagar arquivos dos computadores. Segundo revistas especializadas, a arma não foi usada na Iugoslávia porque o Pentágono estaria reservando-a para um inimigo mais sofisticado.

CARTAS

Sr Redator,

No jornal *Adverso* - 1ª quinzena de maio de 1999 - o Sr cometeu um pequeno lapso de memória. Na América Latina existe uma outra ditadura comandada por um "homem forte"... O Sr esqueceu "Don" FIDEL CASTRO. Primeiro Ministro desde que eu era um adolescente... já estou aposentado (vagabundo na opinião abalizada do Pres. Fernando Henrique) ... o homem deve ser muito forte!!!!!! Aqui mesmo no Brasil temos outros modelos ditoriais: "líderes" sindicais... nunca vi nenhum deles voltar a função de origem... nenhum!!!!!!

Sindicalismo I

No último dia 9, a Adufrgs recebeu em sua sede o sindicalista espanhol Gabriel Abascal Vicente, secretário-geral da Federacion Sindical de la Administracion Publica, para um debate sobre o tema "É Possível o diálogo e a parceria entre a Universidade e o movimento sindical?"



Após apresentar um painel da experiência espanhola na área sindical, Abascal Vicente debateu com os professores da Ufrgs algumas alternativas para a integração entre a Universidade e os sindicatos. Para Abascal Vicente, é necessário uma mudança cultural para que os sindicatos se tornem mais propositivos e apresentem soluções para os problemas da classe trabalhadora. "Cada vez mais disputamos saberes e se não reinventar saídas, o sindicato está condenado a uma derrota histórica", destacou Abascal. Como desapareceram as condições motivadoras para o surgimento dos sindicatos, a luta agora, deve acontecer com a qualificação dos trabalhadores.

Sindicalismo

Abascal Vicente recomenda às entidades sindicais o intercâmbio com as universidades. Os sindicatos abrem espaço para debates, seminários e outras atividades e a universidade formecem os quadros para qualificação dos trabalhadores. Os quadros dos sindicatos se aperfeiçoam e a universidade "vê se ajusta ou não seus saberes à realidade social", diz o sindicalista espanhol.

Abascal Vicente esteve em Porto Alegre para participar de diversos encontros com sindicatos, em preparação ao II Seminário Sindical, previsto para acontecer em agosto próximo, numa promoção da revista *Democracia & Mundo do Trabalho*.

A entrevista com o nosso Secretário Moraes (o "Zeca") é um primor de informação conduzida, digna das melhores ditaduras... falta alguma sintonia entre as perguntas e as respostas... mas, são pequenos detalhes que em nada deslustram a atuação do Sr Secretário na condução dos negócios do R.S.. Condições não lhe faltam, afinal o Sr Secretário já negociou com importadores (informais, é verdade) estabelecidos no Centro da nossa Urbe. Agradeço-lhe a atenção.

Com apreço,

Sérgio Chaves

POLÊMICA

Adverso dá prosseguimento ao debate provocado pela pesquisa sobre a instalação das montadoras GM e Ford no Estado com a publicação de documento elaborado pelo CEPA, responsável pela sondagem, e de ofício encaminhado pelo Departamento de Estatística.

Compromissos de uma universidade: compromisso de todos

Como associados da ADUFRGS, lamentamos a agressividade e parcialidade com que o texto da seção Opinião do ADverso, da 1ª quinzena de maio do corrente ano, tratou a pesquisa sobre a questão das montadoras no Rio Grande do Sul. O texto ataca, sem nenhum conhecimento ou base, um grupo de professores e pesquisadores que, por sua postura acadêmica e dedicação à pesquisa, construiu uma Escola de Administração, constituída de um Curso de Graduação e um Programa de Pós-Graduação (mestrado e doutorado) com as melhores avaliações de órgãos como MEC, CAPES e CNPq, além do Centro de Estudos e Pesquisas em Administração (CEPA).

O CEPA é o órgão mais antigo da Escola, com 40 anos de trabalhos dedicados à pesquisa e ao aperfeiçoamento profissional na área da Administração. Sempre desempenhando suas atividades de forma isenta e condizente com a grandeza da UFRGS, o CEPA jamais necessitou aceitar trabalhos que, mesmo remotamente, restringissem sua liberdade acadêmica ou técnica.

Por outro lado, causa estranheza que as inúmeras pesquisas já realizadas pelo CEPA e divulgadas nos mais variados meios de comunicação, como também outros tantos serviços prestados a um grande número de organizações públicas e privadas, nunca tenham sido objeto de atenção como está ocorrendo agora com a pesquisa sobre as montadoras. Não gostaríamos de aceitar a hipótese de que o que está ocorrendo tenha fundo político-partidário. Isto sim estaria ferindo a au-

tonomia e a liberdade acadêmica via patrulhamento ideológico.

Concordamos plenamente com a defesa da liberdade acadêmica e a observância ao rigor científico que devem pautar todas as nossas atividades. Discordamos, no entanto, e de forma veemente, da tentativa de manipulação grosseira que se tentou imputar aos leitores do ADverso, procurando jogar o CEPA em uma posição indigna da tradição de lisura e seriedade com que sempre desempenhou suas atividades. Os servidores, professores e técnicos do CEPA não podem aceitar que pessoas desinformadas, ou mal intencionadas, usando o primarismo do falso dilema, os ofendam desta maneira.

Não podem aceitar também que, desinformadamente, atribuam ao CEPA, como sua atividade precípua, tão somente a pesquisa de mercado. O CEPA é um órgão de indiscutível competência para promover a extensão ou, de forma mais específica, realizar pesquisas em todas as áreas da Administração. Gostaríamos de informar ainda, para os menos esclarecidos, que a Administração é uma ciência social aplicada. Desta forma, a Administração se vale de outras disciplinas, não só para buscar conhecimentos teóricos como também os metodológicos, na utilização dos quais temos larga experiência.

É surpreendente que numa época em que se busca a interdisciplinariedade para melhor entender e resolver os problemas sociais da atualidade, encontrem-se ainda pessoas com mentalidades tão

avessas à modernidade, defendendo a desintegração de áreas afins como se fossem propriedade privada, inspiradas talvez no espírito das corporações fascistas ou da Idade Média.

Com relação aos métodos e técnicas utilizados na pesquisa sobre as montadoras, motivo central de tanta polêmica, cabe fazer algumas observações:

1º. A amostra utilizada foi suficientemente grande e adequadamente distribuída para, dentro dos parâmetros de confiança estabelecidos pelo pesquisador, representar a região metropolitana de Porto Alegre. A escolha das cidades consideradas na pesquisa foi feita com base em nosso banco de dados sobre os municípios do Rio Grande do Sul. Dispomos de, aproximadamente, 300 informações para cada um dos 467 municípios do Estado, o que nos permite identificar com bastante precisão, para efeitos de pesquisa, aqueles que melhor possam representar cada região. Saliente-se também que não houve nenhuma diferença estatisticamente significativa entre os resultados de Gravataí e Guaíba quando confrontados com o restante da amostra. Isto invalida a idéia de super-representação das duas cidades na amostra, conforme muitos quiseram enxergar.

2º. A elaboração das questões partiu de uma investigação exploratória inicial, realizada junto a uma pequena amostra na região de abrangência da pesquisa, buscando identificar as questões que mais ocupavam espaço nos debates sobre o assunto naquele momento. A investigação identificou

que havia uma grande preocupação quanto aos seguintes aspectos: se empresas do porte da GM e Ford deveriam ou não vir para o Rio Grande do Sul; se o governo deveria ou não dar incentivos para estas empresas instalarem-se aqui; se o governo deveria ou não manter os contratos firmados pelo governo anterior com estas empresas; e se elas teriam ou não o poder de melhorar a vida dos gaúchos. Eram questões perfeitamente claras e facilmente compreendidas pelas pessoas de qualquer escolaridade e/ou formação. A própria elaboração das questões obedeceu uma linguagem extraída desta investigação, para que as questões fossem mais bem compreendidas pelas pessoas entrevistadas.

3º. Este trabalho faz parte de uma série de pesquisas que realizaremos para a RBS, com uma característica peculiar: são pesquisas de opinião realizadas "em cima dos fatos", para dar base ao jornalismo da empresa. Como tal, elas devem ser curtas e com poucas questões, o que não representa, de maneira alguma, demérito ao seu rigor e a sua seriedade.

Finalmente, o CEPA coloca-se à inteira disposição para qualquer esclarecimento sobre esta ou qualquer outra pesquisa ou serviço já prestados sob sua responsabilidade, e reitera seu repúdio ao conteúdo do editorial do ADverso, ao mesmo tempo que reafirma seu compromisso com uma Universidade pública, autônoma e de qualidade.

Centro de Estudos e Pesquisas em Administração (CEPA) / UFRGS

A Universidade tem que zelar pela utilização do conhecimento

Porto Alegre, 25 de maio de 1999.

Magnífica Reitora:

O Departamento de Estatística acompanhou a divulgação no jornal Zero Hora em 16/04/99 da pesquisa elaborada pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Administração (CEPA), cuja repercussão ainda persiste, como mostram algumas matérias incluídas em anexo. Este departamento, responsável pelo único Curso de Bacharelado em Estatística do Estado, com amparo em decisão de seu Colegiado e ratificada pelo Conselho da Unidade do Instituto de Matemática, vê-se na obrigação de trazer a Vossa Magnificência as seguintes considerações:

1) no âmbito da nossa Universidade, temos sob nosso encargo as disciplinas desta ciência ministradas para os mais variados cursos, explorando tópicos como o Controle de Qualidade, Técnicas de Amostragem, Inferência Estatística, etc. Nesse sentido, vemos com simpatia a utilização da Estatística por profissionais de outras áreas, desde que sejam obedecidos os rigorosos critérios necessários no planejamento e interpretação de estudos observacionais e experimentais;

2) embora não detenhamos a propriedade do uso exclusivo das técnicas estatísticas, é fundamental destacar que, conforme a decreto nº 62497, de 1º de abril de 1968, todo serviço técnico estatístico deve ter um profissional, responsável pelo serviço, devidamente registrado no CONRE - Conselho Regional de Estatística.

3) professores do nosso departamento têm sido consultados/questionados por alunos e outros membros da comunidade acadêmica sobre a validade das generalizações realizadas através da pesquisa já citada;

4) a Universidade tem a obrigação de zelar pela

correta utilização do conhecimento e/ou tecnologias, principalmente por parte de seus membros, sob pena de perder sua credibilidade como Instituição de pesquisa, ensino e extensão; e,

5) em uma pesquisa há de se salientar, ainda, a importância da participação de profissionais das mais diversas áreas, com experiência no tema em estudo, para colaborar na elaboração do instrumento.

Dante do exposto, julgamos essencial fazer uma profunda reflexão sobre o tema, para a qual levantamos os seguintes comentários sobre a referida pesquisa:

a) vemos com grande preocupação o fato de que a amostra, restrita a uma parte da área metropolitana de Porto Alegre, tenha sido usada para inferir a opinião da população gaúcha, conforme divulgado no editorial do jornal Zero Hora do dia 16/04/99, página 24. Uma pesquisa por amostragem, realizada nos municípios de Novo Hamburgo, Gravataí, Cachoeirinha, Guaíba, Portão e Porto Alegre, se baseada em planejamento adequado, e se os entrevistados forem corretamente selecionados, produzirá resultados válidos para esses seis municípios. Não poderá ser extrapolada para outras regiões, por exemplo, a Região Metropolitana e, menos ainda, para o Estado do Rio Grande do Sul, a menos que exista evidência, embasada científicamente, de que a opinião dos moradores dessas outras regiões é similar daquela dos municípios pesquisados;

b) consideramos inadequado o instrumento utilizado na pesquisa, conforme divulgado. Um princípio básico na construção de questionários recomenda que o conjunto de questões deve ser elaborado de maneira a assegurar que o entrevistado tem conhecimento do assunto pesquisado e, portanto, pode dar respostas adequadas. O conjunto de questões utilizado nessa pesquisa não preenche estes requisitos. A formulação das questões também é inadequada, haja vista que as técnicas de elaboração de questionários recomendam evitar perguntas do tipo "você acha ...", por induzirem certo tipo de resposta. Algumas das questões utilizadas apresentam esta característica;

c) tendo sido contratada e divulgada por um órgão da imprensa, a referida pesquisa prestou-se a inferências e generalizações que transcendem os resultados observados no campo e os limites da metodologia empregada. É preocupante, por exemplo, que a publicação seja acompanhada de expressões e repercussões tais como "opinião do povo rio-grandense", "voz das ruas" ou "transforma o resultado em um verdadeiro plebiscito", ainda mais quando o órgão ou o estatístico responsável pela pesquisa se omite no esclarecimento à comunidade acadêmica e ao povo gaúcho. Se aceitarmos a simplicidade dessas generalizações como verdade sobre a opinião do povo gaúcho, certamente estaremos colocando em dúvida a credibilidade da Universidade como Instituição de pesquisa científica, assim como a nossa capacidade de formar profissionais qualificados e guiados pelos preceitos da ética e da cidadania;

d) parece-nos oportuno, ainda, salientar que a execução de trabalhos/pesquisas ligados a convênios deve ser regida por normas técnicas e científicas transparentes e, também, assinados por profissionais com registro no órgão de classe competente;

A referida pesquisa foi publicada na Zero Hora com a menção "Pesquisa UFRGS/RBS". Sendo o Departamento de Estatística parte desta Universidade, achamos inconveniente tal referência por, ainda que não explicitamente, envolver nosso Departamento. Consideramos oportuno que, para o futuro, qualquer outro órgão desta Universidade solicite a publicação de seus trabalhos como de sua exclusiva autoria.

Particularmente em pesquisas de opinião ou eleitorais, onde os resultados interessam a duas ou mais partes discordantes e podem ser utilizados inadequadamente para manipular fatos, formar opinião ou conduzir o assunto dentro de uma ética maniqueísta, a complexidade da pesquisa e, consequentemente, a responsabilidade de quem a executou, aumentam consideravelmente. Cabe, portanto, a um órgão acadêmico refletir muito antes de aceitar este tipo de trabalho.

Dante dos fatos, e para o bem da Instituição, parece-nos sensato e urgente que o Conselho Universitário exija do CEPA a divulgação detalhada do plano amostral da pesquisa, do instrumento e procedimentos utilizados nas entrevistas, o nome do estatístico responsável, o posicionamento oficial sobre as interpretações possíveis de se realizar e as inapropriadas generalizações divulgadas na imprensa.

Para finalizar, esperamos ter colaborado com a reflexão sobre o tema e, de maneira mais ampla, sobre o papel da Universidade Federal do Rio Grande do Sul perante a sociedade, ao mesmo tempo que enviamos nossas cordiais saudações acadêmicas.

DUPLA FACE

Autoridades gaúchas debatem se o Diário Oficial do Estado pode publicar notícias sobre as ações do Poder Executivo. Esta é uma atividade jornalística ou de propaganda política?

Guaracy Cunha / Chefe do Gabinete de Imprensa

Uma questão de transparência

Luiz Abreu



A decisão de publicar material jornalístico no Diário Oficial do Rio Grande do Sul nasceu da necessidade e obrigação constitucional de informar a população sobre o que está acontecendo e, desta forma, manter a transparência do governo. Trata-se de dar publicidade aos atos de governo e não fazer publicidade sobre as intenções do governante.

É uma prática utilizada desde a antiguidade. O governo informa o cidadão sobre seus atos através dos arautos que apregoavam, nas ruas, seus planos, suas realizações, vitórias e conquistas. No caso do Estado do Rio Grande do Sul entendemos que o órgão oficial é uma maneira legal e eficiente de cumprirmos o preceito constitucional.

Na história da imprensa brasileira, os órgãos oficiais aparecem dando notícias desde a Gazeta do Rio de Janeiro, primeiro jornal impresso no País, até o noticiário radiofônico "A Voz do Brasil", que diariamente reproduz notícias dos três poderes, inclusive veiculando entrevistas com o presidente da República e seus ministros.

O presidente da Associação Brasileira de Imprensa Oficiais, Sérgio Kobayashi, de São Paulo, já afirmou que ao dar este tipo de informação, o governo está cumprindo a

Constituição Federal e que os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, entre outros, já vêm publicando este tipo de material, inclusive citando nomes de governantes e publicando suas fotos.

A decisão dos deputados ao ingressarem com a ação e a do Poder Judiciário ao conceder liminar sobre atos do Poder Executivo

"Trata-se de dar publicidade aos atos do governo e não fazer publicidade sobre as intenções do governante"

é, no mínimo, estranha. Trata-se de uma clara interferência de dois poderes na esfera do Executivo. Uma prática que coloca em risco o princípio da harmonia e independência entre os três poderes, um dos pilares da democracia.

É bom lembrar que a Assembléia Legislativa e o Tribunal de Justiça editam seus diários oficiais (Diário da Assembléia e Diário da Justiça) e não hesitam em publicar fotografias, pronunciamentos e opiniões

de deputados e magistrados. No caso do Diário da Assembléia chega a ser escandalosa a promoção pessoal de seu presidente. O caso parece ter dois pesos e duas medidas. Como dizia o ex-governador Borges de Medeiros: "Para os amigos tudo! Para os adversários os rigores da lei". Não importa que estes rigores extrapolam a própria lei ferindo frontalmente a Constituição e negando aos contribuintes o direito à informação sobre os atos de seus governantes.

A sentença judicial foi proferida uma semana depois do Governo ter anunciado que recorreria contra a derrubada do veto que concedeu um aumento à verba de representação da magistratura. Veto do governador contra um projeto que poderia colocar em risco o equilíbrio financeiro do Estado, derrubado pela oposição com o intuito claro de inviabilizar o projeto do Executivo.

Respeitamos as decisões da Justiça por mais injustas que as consideremos. Porém, recorremos a todas as instâncias para garantir o direito do povo gaúcho à informação. Direito este que está sendo negado pela oposição, pela imprensa que costuma editar sua versão dos fatos e por parcela do Poder Judiciário com suas decisões precipitadas.

Mario Bernd / Vice-líder da bancada do PMDB-RS

Peter Pan no Diário Oficial do Estado

Divulgação



Na literatura infantil do escocês James Matthew Barrie, vamos buscar a imagem de Peter Pan, aquele que se recusava a crescer e criava seu próprio mundo na Terra do Nunca, para tentar entender o governo que temos no Rio Grande do Sul. O Palácio Piratini tem sido sede de protestos contra o FMI, contra FHC, contra a herança maldita, contra a Ford, contra a segurança pública, contra a Assembléia Legislativa, contra o judiciário, contra os baixos salários que o governo, ele próprio, paga aos professores estaduais. Esquizofrênico, recusa-se a usar a caneta de executivo colocada nas mãos de Olívio Dutra por diferença de 1,5% dos votos da eleição de 98, para manter-se no paraíso das suas promessas eleitorais não cumpridas, sem apresentar nenhum projeto concreto para qualquer setor da sociedade gaúcha. A não ser o projeto da propaganda partidária, este sim, consistente e cheio de verbas públicas e irregularidades como a corrupção das finalidades do Diário Oficial do Estado.

A Constituição Federal e a legislação infraconstitucional vedam o uso partidário do Diário Oficial. Tentam fazer isso no nordeste. Aqui, onde os governantes sempre

obedeceram à lei, foi surpresa ver no nosso Diário Oficial matérias políticas e a tiragem-extra de milhares de exemplares para distribuição gratuita, como outro jornal colorido de 300 mil exemplares pagos igualmente pelo dinheiro público. Frente à publicação de notícias parciais e inverídicas, este deputado fez até pedido de direito de resposta à determinada informação tendenciosa. Até hoje não tivemos a cortesia de qualquer resposta.

"Foi surpresa ver no nosso Diário Oficial matérias políticas com tiragem extra para distribuição gratuita"

Então, patrocinamos ação popular junto com os líderes do PMDB na Assembléia Legislativa, deputados João Osório e Cézar Buzatto, na 1ª vara da Fazenda Pública, suspendendo liminarmente a propaganda no Diário Oficial. Na sentença, o juiz Túlio de Oliveira Martins viu flagrante desvio de finalidade da publicação restrita aos atos

oficiais com "notícias com claríssima matriz político-partidária", e que é "direito do cidadão formular suas próprias opiniões sem ter sua consciência tutelada pelo poder público".

As urnas nos colocaram na oposição, a legítima, e assim, apontando defeitos de constitucionalidade e outros erros grosseiros para correção, já aprovamos 95% das poucas matérias propostas pelo executivo. Em debate com o Procurador Geral do Estado, que pratica a hermenêutica dentro da coloração partidária, que afirma ameaçadamente, lembramos nossa formação de estudante de Biologia da UFRGS e médico formado pela Faculdade Católica, antes de ousar a lembrança de que no processo legal a parte pode ter sua pretensão acolhida ou derrotada. É a democracia. Agora, temos que advertir que se o governo expulsou a Ford, não paga a dívida e se atrita com o resto do mundo não petista, com base em interpretações hermenêuticas como a repudiada na liminar contra a corrupção do Diário Oficial, o Rio Grande do Sul está ameaçado de sofrer derrotas nas brigas movidas pelo PT que podem custar muito caro para a sociedade gaúcha.

Ciência no Mercosul será tema da 51ª Reunião da SBPC

Em meio à nebulosidade do bloco econômico, entidade debate em Porto Alegre as demandas da comunidade científica rumo à integração

Na terceira semana do próximo mês, Porto Alegre vai ter a chance de exercer de fato a tão disputada honra de ser o centro do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Mais especificamente, o cérebro. De 11 a 16 de julho, a capital do Rio Grande do Sul irá sediar a 51ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Cientistas, professores universitários e alunos das mais variadas áreas do conhecimento das diversas universidades do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai estarão reunidos para encontrar uma porta de entrada que coloque as demandas da sociedade científica e acadêmica na pauta da integração do Cone Sul. "Existe uma interação muito grande entre os pesquisadores, mas poucas iniciativas oficiais no sentido de estabelecer uma política comum de Ciência e Tecnologia no Mercosul", constata um dos coordenadores locais da reunião e diretor do Instituto de Ciências Básicas da Saúde da Ufrgs, Carlos Alexandre Netto.

A reunião tem como tema uma pergunta que não poderia ser mais oportuna - "Mercosul: A Quebra das fronteiras?". No momento em que o Brasil anunciou a desvalorização de sua moeda frente ao dólar e a Argentina não abriu mão de manter uma paridade artificial - sustentada com grande sacrifício pelo setor produtivo local - muitos se perguntam se o bloco econômico planejado há uma década e meia pelos quatro países não estaria ameaçado de naufragar. "Certezas prévias quanto à sua continuidade não existem", garante o membro da Comissão da 51ª Reunião da SBPC, Tullo Vigevani, que publicou artigo sobre o evento no Boletim do Mercosul publicado pelo núcleo de Globalização, Mercosul e Sindicalismo Internacional da Secretaria Nacional de Formação da Central Única dos Trabalhadores.

Mercosul será o tema principal de pelo menos duas conferências e um simpósio. O uruguai Alberto Methol Ferré, da Universidade Católica do Uruguay e da Universidade de Montevideo, falará sobre a relação dos "Estados Continentais e o Mercosul". A "Regulamentação da produção e comercialização de medicamentos no Mercosul" ficará a cargo do psicofarmacologista Elisaldo Carlini, colaborador do Ministério da Saúde. "A questão lingüística no Mercosul: bar-

reira ou ponte?" será tratada por duas pesquisadoras da Universidade de Buenos Aires (Lia Varela e Graciela Barrios) e o brasileiro Gilvan Müller, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Programação interdisciplinar

Até o dia 4 de junho, 3.919 pessoas haviam se inscrito para participar do evento, que tem um orçamento de aproximadamente R\$ 400 mil. Do total de participantes, 2.840 trabalhos serão apresentados. A comunidade vai debater assuntos que variam das alternativas ao neoliberalismo à moda brasileira até a regulamentação da produção e da comercialização de medicamentos no Mercosul. Paleoparasitologia, ecologia, genética, religiosidade, genomas, ética na pesquisa, pedagogia, agricultura e transgênicos são apenas alguns das áreas do conhecimento que atrairão alguns dos especialistas mais reconhecidos do Cone Sul para Porto Alegre. A reunião servirá também para a posse do novo presidente da SBPC. No momento, o nome da professora Glaci Zancan (Universidade Federal do Paraná) desponta como candidata única.

Os demais destaques ficam por conta das conferências de pesquisadores renomados como o bioquímico Ivan Izquierdo ("Neuroquímica da Memória - A pesquisa sem Fronteiras"), o filósofo Gerd Bornheim ("Democracia e Alteridade"), o farmacologista Sérgio Henrique Ferreira ("Como se inventa um medicamento"), atual presidente da SBPC, e o biofísico Paulo Bisch ("Interface entre a Física e a Biologia").

Entre os simpósios, um dos mais disputados deverá ser "Plantas Transgênicas: da Genética aos Alimentos", que envolve a

polêmica dos produtos geneticamente alterados e uma decisão da SBPC de adiar por cinco anos a aprovação do uso de transgênicos no Brasil pelo simples desconhecimento do assunto.

Organizado em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, o evento será realizado no Centro de Eventos da universidade católica, que tem uma estrutura de 50 salas para atividades extras e 1.000 m² de exposição. Em meio às 60 conferências, 80 simpósios e exposições promovidas por mais de 30 sociedades científicas, a 51ª Reunião Anual da SBPC hospedará ainda a 7ª SBPC Jovem (feira dirigida a professores e estudantes de educação fundamental, ensino médio e técnico). Todo esse circo do debate científico será irradiado para o Brasil por meio da cobertura de uma rede de rádio envolvendo 60 emissoras universitárias e comerciais e pela transmissão da TV Gaúcha e da TV Cultura de São Paulo, que farão entradas ao vivo durante a programação.

Inscrições serão aceitas até 19 de junho (após essa data, só poderão ser encaminhadas durante o período do evento).

O acesso a todas as atividades será gratuito.

A taxa de inscrição dá direito ao certificado de participação e aos materiais do evento

Modalidades de inscrição:

Correio - SBPC-51ª Reunião Anual

Rua Maria Antônia, 294 - 4º andar
01222-010 - Vila Buarque
São Paulo-SP

On line - <http://www.spcnet.org.br>

Taxas:

Graduando*	R\$ 20,00
Pós-graduando*	R\$ 30,00
Prof. 1º/2º Grau*	R\$ 30,00
Sócio quite	R\$ 35,00
Prof. 3º Grau	R\$ 60,00
Outros	R\$ 60,00

- Pagamento da taxa de inscrição por meio de depósito bancário deverá ser encaminhado à SBPC junto com a ficha de inscrição

Banco BRADESCO

Agência 3130-5 - Conta Corrente nº 40096-3

* Encaminhar comprovante das respectivas categorias



Comissão de Educação discute crise na Universidade

A crise das universidades públicas foi o tema de reunião ordinária da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa (AL), realizada na manhã de 1º de junho, da qual participaram deputados, representantes das universidades, professores, estudantes e técnicos da área do ensino. Depois de ouvir, por mais de três horas, relatos de representantes da Ufrgs e da UFSM, a Comissão decidiu participar de todos os manifestos em defesa da universidade pública. Entre as deliberações da Comissão, ficou definida a elaboração de um documento, que deverá ser encaminhado ao governo federal, com as principais reivindicações (leia texto abaixo).

A Comissão decidiu também participar dos atos públicos em Rio Grande (12/6) e Porto Alegre (24/6). O presidente da Comissão, Giovani Cherini, disse que vai solicitar o apoio da Assembléia Legislativa na mobilização em defesa da universidade. Eles avaliaram que as dificuldades estão vinculadas à falta de recursos, em razão dos cortes promovidos pelo governo federal. "Ao propor a autonomia administrativa, o governo está induzindo as instituições a cobrarem mensalidades e realizarem parcerias com a iniciativa privada", afirmou a vice-presidente da comissão, Luciana Genro. A Comissão fará convite ao ministro Paulo Renato Souza para um debate na AL sobre autonomia universitária.

As reivindicações da comunidade universitária a serem levadas pela Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia ao MEC

1 - Manutenção do sistema federal de ensino superior público com:

a) financiamento público assegurado que permita a sua adequada manutenção à ampliação visando o aumento de vagas discentes, a melhoria do atendimento à comunidade e o incremento da pesquisa necessária da nação;

b) carreira única conjunta para sistema federal de ensino como forma de garantir a existência de um padrão unitário de qualidade;

c) capacidade de autogestão e auto-normação nos termos da Constituição Federal

2 - Solicitamos por parte do governo a imediata implementação das medidas abaixo elencadas como única forma de garantir o funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior:

a) distribuição e repasse dos R\$ 76 milhões oriundos da emenda coletiva das universidades federais ao orçamento da União para 1999;

b) execução integral do orçamento para as universidades federais dentro do exercício.

Há vagas para leitores de entrelinhas

O Adverso tenta fazer do jornalismo sindical um instrumento de reflexão. Leia o que a academia discute mas a imprensa nem sempre publica

INDICADORES DE C&T

A arte de fabricar otimismo científico

Não foi a primeira vez e nem será a última. Mas o governo federal fez de novo. Usou parcialmente informações estatísticas para pintar uma realidade mais colorida do que o autêntico quadro em preto e branco. Desta vez, entretanto, convidou o setor privado que produziu a base de dados para uma experiência discutível. Com aval de uma entidade de pesquisa ligada às empresas, o governo oficializou números concebidos por uma metodologia polêmica. De posse dos resultados, utilizou somente informações úteis e agradáveis para demonstrar que o setor produtivo triplicou seus investimentos em pesquisa nos últimos anos. Analistas não questionam a boa-fé dos formuladores da pesquisa, mas como se constrói dados tão otimistas.

James Götgen

No fabuloso laboratório de dados estatísticos sobre Ciência e Tecnologia (C&T) mantido pelo governo federal, números negativos não entram. Ou, pelo menos, não saem. Levantamentos, estudos e análises oficiais sobre a aplicação de recursos na pesquisa brasileira mostram índices cada vez mais animadores sobre a evolução dos investimentos no setor. A boa-nova mais recente revela que as empresas passaram a financiar um terço dos dispêndios nacionais destinados à pesquisa. "Na década de 80, de cada 10 dólares aplicados em pesquisa no Brasil, apenas 1 vinha da iniciativa privada. Hoje, a parcela das empresas cresceu para 3 dólares em cada 10". São palavras e números da revista *Veja* de 19 de maio de 1999 (nº 20, ano 32).

Dados mais detalhados, disponíveis na página do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) na Internet, pintam a realidade com cores ainda mais vivas; fazem experiências abusando da falta de informação sobre indicadores que impera entre a comunidade científica. De 1990 a 1997, os investimentos em pesquisa no Brasil aumentaram em 68%. Desta total, a participação das empresas cresceu de 22% para 31,6%, enquanto os governos (federal, estaduais e municipais) reduziram seus gastos de 73% para 64,3%. Conforme o Ministério, o Brasil investiu em 1997 1,24% de seu PIB de R\$ 802 bilhões em C&T, o que significou R\$ 9,978 bilhões. Exatos R\$ 3,149 bilhões teriam saído do bolso privado.

Relações perigosas

Do mesmo lugar vieram as informações divulgadas com tanto alarde pelo governo. A base de dados usada para saber quanto as empresas estão investindo em pesquisa foi criada e é patrocinada pelo setor produtivo, com o apoio de agências públicas de financiamento. Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Industriais (Anpei) é o nome da entidade responsável pelos dados divulgados juntamente com os demais Indicadores em Ciência e Tecnologia oficiais do país. De um cadastro de aproximadamente três mil empresas, a entidade envia questionários, respondidos por uma amostra de cerca de 10% do universo total, composto somente por companhias associadas à Anpei. Está fechada a Base de Dados sobre Indicadores Empresariais de Inovação Tecnológica.

Este forte vínculo com o setor privado e a falta de um controle rígido no acompanhamento das respostas dá margem à polêmica sobre possíveis disparidades do que sai das empresas e o que torna-se

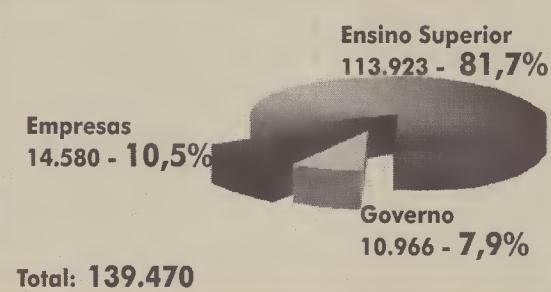
público. "Os dados podem não ser perfeitos. Mas é o que existe", admite o gerente da Base de Dados da Anpei, Tales Andreassi.

Passado confuso

Não sendo perfeito, o resultado do trabalho da Anpei talvez ainda não devesse ser incorporado às séries estatísticas do Ministério e usado como tanta publicidade pelo governo federal. Um dos questionamentos feito pelo próprio Andreassi lembra que o erro não está no levantamento atual, mas nos números anteriores à 1993, quando a Anpei não fazia a pesquisa.

Inflação, variação cambial e outros fatores poderiam distorcer muito os investimentos em pesquisa e a análise que determinou quantos dólares das empresas para cada dólar dos governos eram aplicados em Ciência e Tecnologia. Uma pesquisa de 1985 divulgada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) foi o parâmetro que definiu o setor privado com 10% dos investimentos em pesquisa. Uma década e meia depois, o governo resolve comparar aqueles dados com o questionário da Anpei e dizer que as empresas brasileiras triplicaram seus gastos em Ciência e Tecnologia.

Participação nos Recursos Humanos direcionados para Ciência e Tecnologia em 1995



P&D ou C&T?

Outra "fabricação" de resultados positivos está no critério de aglutinação das informações. Na maior parte do mundo, usam-se indicadores de P&D para mensurar os dispêndios. No Brasil, a definição é estendida para Ciência e Tecnologia (C&T), que engloba até os cursos de pós-graduação das universidades, por exemplo. Para priorizar a situação, o Ministério utiliza critérios de C&T para calcular os gastos do governo enquanto o levantamento da Anpei se limita à P&D e Engenharia não Rotineira, que envolve também a aquisição de

Erros de metodologia

O Laboratório de Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação (Licti) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) acredita que erros de metodologia fazem com que o levantamento da Anpei possa até ter resultados corretos, mas pouco representativos do setor industrial brasileiro. "Há uma distorção muito grande", constata a coordenadora do Licti, a economista Sandra Brisola.

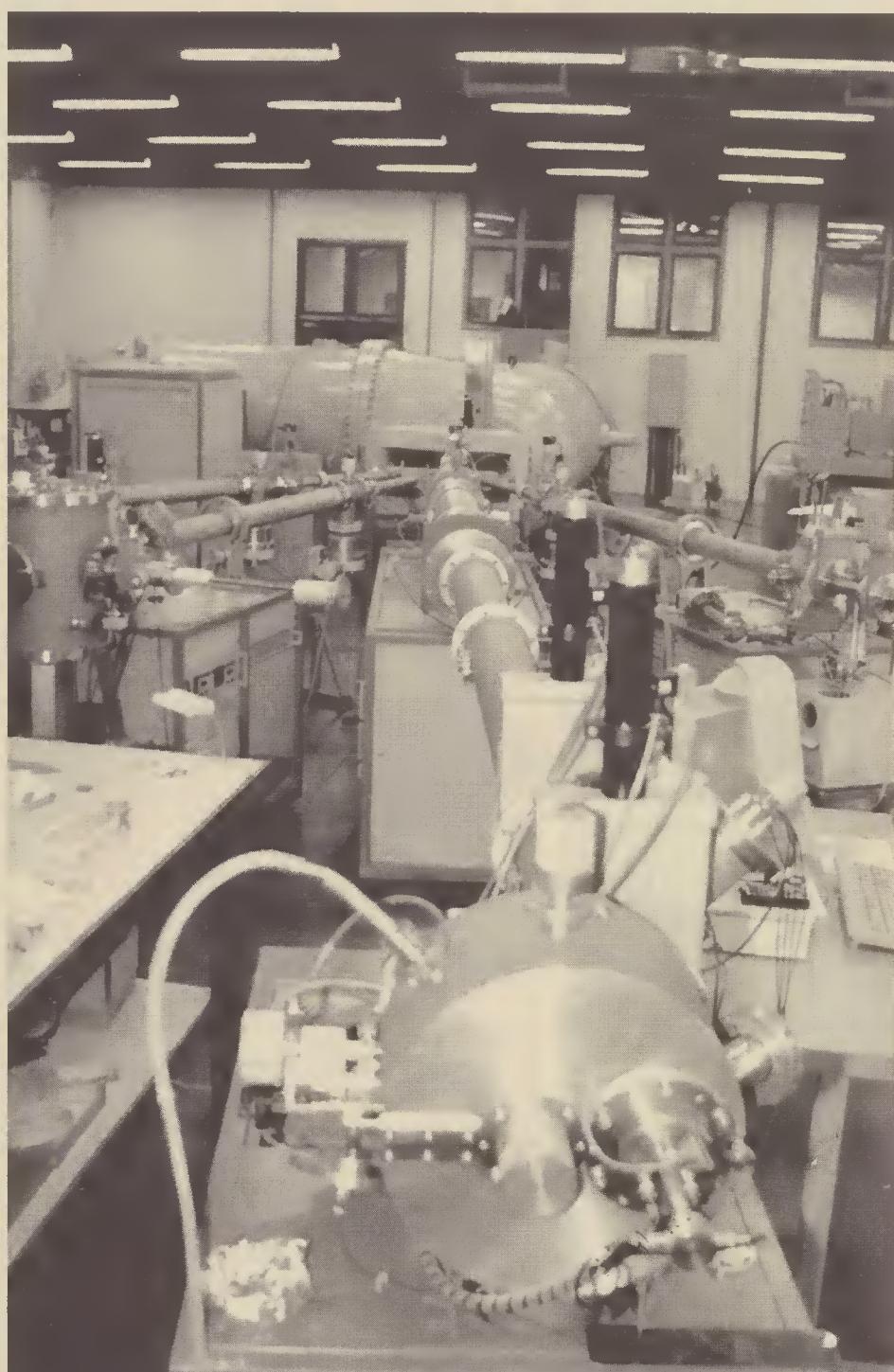
Incorporando os mesmos dados da Anpei em seu livro de Indicadores de Ciência e Tecnologia, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) não enxerga má-fé nas infor-

mações divulgadas. "Cada fonte usa critérios diferentes e não temos posição contra determinada metodologia. O importante é saber a capacidade de gerar tecnologia do setor privado", afirma o diretor Científico da Fapesp, José Fernando Perez.

Argumentos contrários ao método de se obter os dados, o Licti tem de sobra. O principal deles seria a pouca representatividade das empresas em seus respectivos ramos de atividade. Em 1997, 364 em-

Dispêndio Total em P&D por País - Série Histórica 1990/1996 (US\$ milhões de 1990)							
País	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Alemanha	31.956	34.082	33.115	32.040	31.556	31.743	31.961
Argentina	*	*	*	1.107	1.252	1.434	1.595
Brasil	1.683	1.745	1.446	2.958	3.323	3.759	3.874
Canadá	7.487	7.617	7.885	8.380	8.776	9.030	9.226
Chile	162	190	265	313	379	493	533
Colômbia	*	*	*	*	326	563	635
Espanha	3.889	4.067	4.308	4.202	4.031	4.140	4.182
Estados Unidos	154.467	154.677	154.656	151.144	150.625	156.628	158.305
Índia	8.863	8.784	9.131	9.940	10.049	n.d.	n.d.
Islândia	43.729	51.953	57.557	58.218	62.698	70.223	72.403
Itália	11.964	11.538	11.213	10.535	10.050	10.119	10.032
Japão	66.965	68.680	68.185	66.793	66.129	70.503	n.d.
Portugal	502	*	625	*	*	606	n.d.
Reino Unido	19.909	18.901	18.903	19.566	19.927	19.866	n.d.

Fonte: Laboratório de Indicadores de Ciência e Tecnologia e Inovação (Licti) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)



Desenvolvimento: Estatística oficial leva a crer que empresas estão investindo em C&T

Série histórica diverge de base de dados oficial

Colocando uma lupa sobre os dados estatísticos divulgados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) é possível perceber algumas disparidades quanto à evolução dos investimentos do setor privado em Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia não Rotineira (P&D&E) que não são mencionadas publicamente pelo governo. Os números oficiais originam-se na Base de Dados sobre Indicadores Empresariais de Inovação Tecnológica elaborada pela Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Industriais (Anpei). Realizado desde 1993, o levantamento constitui-se de um questionário minucioso enviado anualmente a aproximadamente três mil empresas. Destas, uma média de 400 respondem às perguntas.

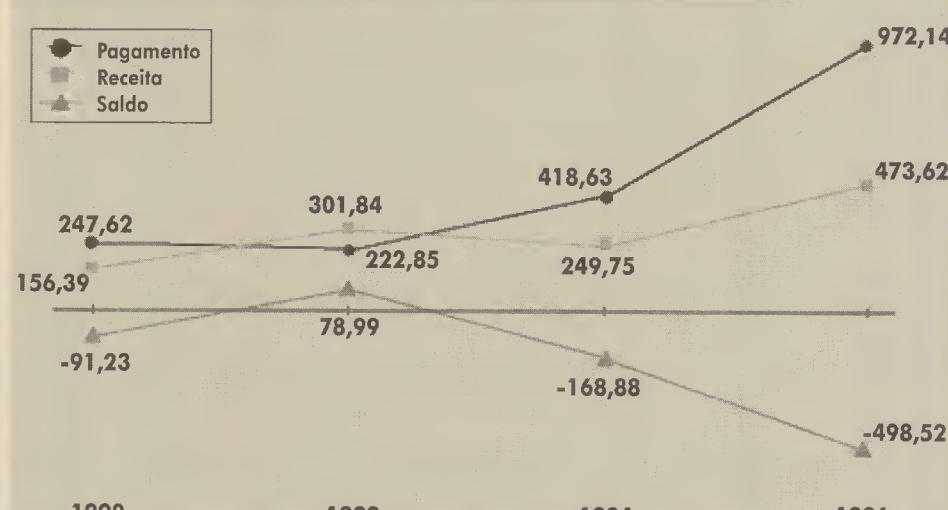
Mesmo com a variação no número de informantes de um ano para o outro, é possível confirmar o discurso do Ministério: nominalmente as empresas hoje investem mais em pesquisa e inovação tecnológica do que no passado. A disparidade se dá na análise proporcional dos dispêndios. O desempenho econômico das empresas consultadas pela associação de 1994 a 1997 é inversamente proporcional a seus investimentos em P&D&E. Tanto em um grupo quanto no outro, o faturamento bruto e o lucro líquido aumentaram, enquanto as aplicações caíram. Em valores médios, cada empresa do grupo das 86 faturou US\$ 506,75 milhões em 1994. Três anos depois, as vendas registraram um sensível aumento, passando a uma média de US\$ 653,85 milhões. Na amostra total, o fatura-

mento médio subiu de US\$ 152,28 milhões em 94 para US\$ 295,52 milhões em 97.

As distorções entre as duas tabulações crescem mais quando se olha para as colunas do levantamento que reflete diretamente nos indicadores sociais como emprego e dependência tecnológica. A Base de Dados preferida pelo MCT mostra que a Anpei registrou apenas duas demissões ao longo de quatro anos de pesquisa (média de 1.344 funcionários por empresa em 94 para 1.342 em 97). O grupo das 86 grandes empresas diminuiu mais: a média caiu de 2.660 funcionários em 94 para 2.150 em 97.

Mesmo com mais investimentos em tecnologia, as empresas brasileiras acentuaram o ritmo de compras no exterior. Mais uma vez, esta realidade não aparece nas tabelas oficiais, onde o percentual de aquisição de tecnologia sobre a despesa em P&D&E caiu de 12,67% em 94 para 12,11% em 97. O aumento do déficit na balança de pagamentos tecnológicos só se verifica na série histórica das grandes empresas, onde a compra de soluções prontas do exterior dobrou: representava apenas 7,60% sobre as vendas em 94 e três anos depois passou a significar 14,59%.

Balança de Pagamentos Tecnológicos (US\$ milhões em 1995)



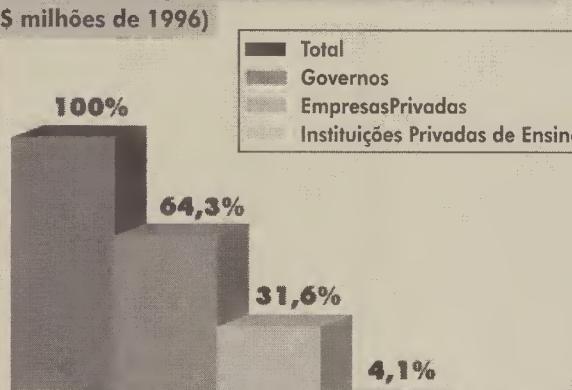
Fonte: Indicadores em Ciência e Tecnologia, CNPQ, Ministério da Ciência e Tecnologia.

presas responderam ao questionário da Anpei. "Elas representam 40% do PIB industrial do país", assegura Andreassi. A meta da entidade é atingir 70% deste produto interno bruto.

Com base nos demais países, os professores da Unicamp constataram outras disparidades nos números da Anpei. O professor do Departamento de Ciência e Tecnologia do Instituto de Geociências da Unicamp, Renato Dagnino, dividiu os valores oficiais gastos pelas empresas com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) pelo total do pessoal ocupado. "A média é duas vezes o valor gasto pelas empresas", afirma Andreassi. A professora da Unicamp está orientando a comunidade científica do Peru a iniciar um trabalho para determinar indicadores empresariais de P&D. "Na maioria dos países da América Latina, os números das grandes empresas são

maior e o número real de funcionários. 'Este dado não é comprovado mas serve ao governo', diz o professor. Enquanto ninguém reclama, seguem as experiências.

Estimativa de dispêndios nacionais em C&T de 1997 (R\$ milhões de 1996)



Perdas com o real acabariam com a fome

O equivalente ao que o país perdeu com a desvalorização da moeda seria suficiente para acabar com a fome no mundo. Segundo o jornal Folha de São Paulo, o Brasil perdeu R\$ 103 bilhões com a queda do real, bem mais do que os US\$ 80 bilhões necessários para a erradicação da fome e da miséria em todo o planeta, de acordo com estudo realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). "Se fosse utilizada a mesma cotação do dólar que privilegiou os donos dos bancos Marka e FonteCindam, a aritmética mais simples dará conta de que o país perdeu, em um único mês, mais do que o necessário para, pelo menos, tornar mais largo o primeiro passo para erradicar a fome de todos os seres humanos do mundo", denunciou na tribuna o senador Amir Lando (PMDB-RO), segundo informações do boletim eletrônico do Senado Federal. Na opinião do senador, o Brasil perdeu a noção de valores. Já não causa espanto os números de uma dívida pública que ultrapassam meio trilhão de reais, nem programas que distribuem bilhões para sanear bancos falidos, tampouco surpreende a corrupção, que continua a ser responsável pela subtração de bi-



lhões dos cofres públicos. O senador assinalou que a venda da Companhia Vale do Rio Doce, com suas 26 empresas, incluindo minas de ouro e minério suficiente para consumo em três séculos, implicou em apenas R\$ 3,4 bilhões.

A desvalorização cambial, segundo Amir Lando, foi suficiente para "engolir trinta vales", com suas respectivas minas de ouro, bauxita e titânio, além das florestas, ferrovias e portos, entre outras riquezas.

Brasil mais pobre

O Brasil deve ficar 27% mais pobre em 1999, perdendo sua posição de oitava economia do mundo. Segundo estimativa do Conselho Federal de Economia, o valor em dólares do Produto Interno Bruto brasileiro vai cair de US\$ 788 bilhões em 1998 para US\$ 574 bilhões neste ano. A queda da riqueza nacional em 99 resultará do efeito conjunto da redução do nível de atividade econômica em 4% e da desvalorização do real de 20% a 25% em termos reais. De acordo com o Banco Mundial, o Brasil, com um PIB nominal de US\$ 709,6 bilhões, foi a oitava maior economia do mundo em 1998. Logo atrás do Brasil ficaram o Canadá, em nono lugar, com PIB de US\$ 569,9 bilhões, e a Espanha, em décimo, com PIB de US\$ 565,2 bilhões. De acordo com o relatório do Banco Mundial, as sete maiores economias do mundo, medidas pelo PIB nominal, são EUA (US\$ 7,4 trilhões), Japão (US\$ 5,1 trilhões), Alemanha (US\$ 2,4 trilhões), França (US\$ 1,5 trilhão), Reino Unido (US\$ 1,15 trilhão), Itália (US\$ 1,14 trilhão) e China (US\$ 906,1 bilhões).

Os novos parâmetros da política econômica brasileira

Até o final de junho, o Banco Central divulgará as primeiras metas inflacionárias. Teremos metas para dois períodos: a primeira, para julho a dezembro de 1999; e a segunda, para o ano 2000. "O que a gente pretende aqui é fazer uma sistema de metas muito parecido com o sistema inglês", diz o diretor de Pesquisa Econômica do BC, Sérgio Werlang. A Inglaterra vem usando o sistema de metas, com sucesso, desde 1992. Naquele ano, a exemplo do que aconteceu no Brasil, em janeiro, o sistema foi adotado depois do fracasso da política de câmbio fixo.

A exemplo do banco central inglês, o BC divulgará trimestralmente um relatório de inflação, o "inflation report". Além disso, os anais das reuniões do Copom passarão a ser mais detalhados e divulgados a cada 45 dias. "Esses documentos mostrarão como o BC está no seu desempenho de perseguir uma meta de inflação", conta Werlang.

O sistema de metas inflacionárias será o novo parâmetro da política econômica brasileira que, até a desvalorização do real em janeiro, era focada na manutenção da taxa de câmbio. "A

política monetária será toda pautada com base na meta de inflação", explica o diretor do BC. Já está decidido que o Banco Central escolherá um índice de preços ao consumidor e fixará previsões para o comportamento desse índice. A partir desse percentual, o BC calibrará as taxas de juros. Se variáveis que ficam fora do controle do banco, como a política fiscal, prejudicarem o cumprimento da meta inflacionária, caberá ao BC apertar a política de juros.

Já está acertado também que, ao contrário dos países que adotaram o regime de metas inflacionárias, não haverá expurgos no cálculo do índice de preços a ser escolhido como parâmetro. A preocupação aqui é com a credibilidade do novo sistema.

"Do ponto de vista técnico, pode-se dizer que existe essa necessidade de ajustar o índice. Como temos histórico no Brasil de já ter feito isso inúmeras vezes e que esse histórico não é dos mais favoráveis, não vamos mexer no índice. Entre o que é tecnicamente ótimo e o que dá mais transparência e credibilidade, ficamos com a segunda opção", diz Sérgio Werlang.

Anistia Internacional denuncia tortura e impunidade no Brasil

A impunidade no Brasil persiste e alimenta a continuidade da ação de esquadrões da morte e dos casos de tortura. A denúncia é da Anistia Internacional, que lançou em 16/6, em Brasília, seu relatório anual sobre casos de violação dos direitos humanos em 142 países. Desse total, 125 países são acusados de violação dos direitos humanos pelo uso da tortura e maus-tratos. O relatório aponta como o problema mais grave do Brasil - ao qual são dedicadas cinco das 463 páginas - a ação das polícias e as condições de detenção. Entre casos de violações de direitos humanos, como ataques a indígenas e perseguição a lideranças de sem-terra, o relatório da Anistia cita alguns exemplos de impunidade no Brasil. Conforme o relatório da Anistia, a polícia do Rio de Janeiro matou pelo menos 511 civis em 1998, enquanto a de São Paulo matou 525 civis. O relatório denuncia a superlotação e as deficientes condições sanitárias na maior parte das prisões e delegacias. A anistia afirma que "a maior parte dos responsáveis pela violação dos direitos humanos continuou a se beneficiar da impunidade".

"A violação dos direitos humanos é um problema crônico aqui", declarou o presidente da Anistia no Brasil, Márcio Contijo.

Entre os casos de impunidade no Brasil, a Anistia cita a falta de julgamento dos acusados pela morte de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás (1996), dos envolvidos no massacre de 111 presos na Casa de Detenção de São Paulo (1992), e dos policiais militares considerados culpados pela morte de 10 camponeses em Corumbiara (PA-1995) e dois ex-policiais envolvidos no massacre de Vigário Geral, no Rio de Janeiro, no qual 21 pessoas foram mortas (1993).

Tortura persiste

Em 47 dos países 142 avaliados pelo relatório da Anistia Internacional ainda persiste a pena de morte. Trinta e cinco países promovem julgamentos injustos e execuções são cometidas em 36. Cuba está entre os 78 países que condenam pessoas por suas opiniões. A Anistia também assinala progressos, como o fato de 67 países abrirem a pena de morte nos últimos anos e a prisão do ex-ditador chileno, Augusto Pinochet.

(Fonte: www.acessocom.com.br)

ASSESSORIA JURÍDICA

Saúde e segurança no trabalho

Participação de servidores e do sindicato em Cosats pode diminuir riscos de acidentes

O Regime Jurídico Único criado pela Lei 8112/90 prevê o controle permanente da atividade de servidores em operações ou locais considerados penosos, insalubres ou perigosos. A questão que restava ainda pendente era saber como se daria este controle.

O antigo sistema das Cipas (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes) nasceram nos moldes da antiga legislação trabalhista, ou melhor, celetista. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como se sabe, não é mais aplicada aos servidores autárquicos federais, sendo substituída pelo Regime Jurídico Único (RJU). O antigo modelo de cunho nitidamente privado - até porque foi criado com o propósito de regular as relações de trabalho entre pessoas de direito privado - apresentava distorções que dificultavam sua aplicação ao setor público.

Pelo sistema celetista, por exemplo, a presidência da CIPA era escolhida pelo empregador, cabendo aos trabalhadores a escolha do vice-presidente, que só atuava, obviamente, na substituição do titular. Por outro lado, o empregador detinha o poder de escolher livremente seus representantes para compor a comissão.

Escolha dos servidores

O novo regime, sem sombra de dúvida, é muito mais democrático, aliás, como deve ser a administração pública. A escolha é feita unicamente pelos servidores, aí incluídos os servidores técnico administrativos e docentes, com votos de mesmo peso.

As atribuições da Cosat estão arroladas na norma, não merecendo qualquer destaque especial dada a obviedade de sua conveniência ao próprio servidor. Chamamos a atenção, todavia, para o aspecto de que as Cosats podem ajudar em muito para diminuir e evitar danos à saúde do trabalhador.

Isto não quer dizer que as Cosats distribuirão decisões mandando pagar insalubridade em grau máximo para todos. Os malefícios à saúde são previstos em norma esparsa do Ministério do Trabalho que partem de critérios técnicos e subjetivos. Assim, as deliberações deverão ser embasadas em levantamentos científicos. Poderão as Cosats, por exemplo, determinar quais os locais que deverão ser vistoriados em busca de soluções para diminuir a insalubridade.

Portanto, a participação dos servidores é altamente recomendada. A participação das entidades sindicais foi igualmente garantida, o que é muito louvável.

Trabalho computado

Por fim, destacamos um aspecto importante: as atribuições dos membros



Perigo: Mini-cozinha e materiais de limpeza disputam espaço com laboratório

da Cosat deverão ser desenvolvidas durante o expediente. Aos docentes, é fundamental atentar para que este trabalho desenvolvido na Cosat seja computado para fins de avaliação e pontuação para obtenção da GED (Gratificação de Estímulo à Docência).

De acordo com a Decisão 199/98 do Conselho Universitário (Consun), que regulamenta os critérios para pontuação da Gratificação por Ensino Docente, o professor será igualmente avaliado considerando as atividades de administração e representação. O artigo 5º da decisão estabelece quais as atividades consideradas como *Atividades de Administração e Representação*. Dentre essas atividades, enten-

demos que a participação dos docentes pode ser enquadrada como *participação em órgãos colegiados da Administração Universitária ou atividades de representação acadêmica e em órgãos de formulação e de execução de políticas de ensino, ciência e tecnologia*.

Se, eventualmente, algum docente se sentir prejudicado na avaliação de seu desempenho em função da participação nas Cosats, poderá requerer que a Comissão Avaliadora faça uso do poder normativo previsto na decisão do Consun, regulamentando os casos omissos. Outras informações podem ser obtidas junto ao escritório de assessoria jurídica.

APOSENTADOS

GT elabora documento contra desvinculação de proventos da folha



O Grupo de Trabalho Aposentados da Adufrgs enviou documento para o Conselho Universitário da Ufrgs e para a Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) externando as preocupações dos professores aposentados sobre a "Proposta de Autonomia Universitária" encaminhada pelo governo federal. Os professores questionam a proposta de transferir o pagamento dos proventos de docentes e pensionistas diretamente para o Tesouro Nacional, "fazendo crer às Instituições Federais de Ensino Superior que, desta forma, terão maior disponibilidade orçamentária para o atendimento das necessidades institucionais". O documento do GT Aposentados destaca que "o que se pretende não é uma mera substituição ou transposição de fontes de custeio, como pode parecer à primeira vista, mas principalmente um ataque ao princípio da paridade entre ativos e inativos assegurada pela Constituição. A proposta do governo, salienta o documento, implica na exclusão dos professores inativos da instituição à qual sempre se vincularam, com prejuízos funcionais, financeiros e, sobretudo, à sua própria identidade".

CONAD

Universidade e a crise nacional

Esse é o tema do 38º Conselho de Associações Docentes da Andes (Conad), marcado para os dias 25 a 27 de junho, no Rio de Janeiro. O encontro está sendo organizado pela Associação dos Docentes da Ufrj. Entre outros temas, estão previstas discussões sobre autonomia universitária, financiamento para o sistema federal de ensino superior e para o setor de Ciência e Tecnologia, implantação dos cursos sequenciais e o futuro dos aposentados. Representará a Adufrgs, como delegado no Conad, o professor Carlos Schmidt, presidente da entidade.



Mario Wrege / Professor do IPH-UFRGS - 2º Vice-Presidente Regional da ANDES-SN

O Umbigo do Mundo

Várias tribos indígenas percebiam seu local de vida como o centro do Universo. Isto expressa uma visão ingênuo e egoísta mas, por outro lado, unificadora e globalizante. É, pois, antidemocrática, ao pretender-se hegemônica. Isto é próximo do que ocorre com os eventos nacionais da Andes. Parece que, para alguns, o Mundo deixa de existir e o que interessa é o que ocorre entre as paredes do evento. Contrastando com isto, nota-se a ínfima repercussão na mídia - exceto alguma ondulação local (já que muitas vezes os eventos dão-se próximos a corpos de água).

No último Congresso (18º, em Fortaleza) isto foi notável. Ainda mais que, então, claramente, havia dois grupos: os Bolcheviques e os Mencheviques, numa figura de linguagem. Creio, até, que este Congresso servirá de marco também por outros motivos. Enquanto o país mergulhava em mais uma de suas crises - e, desta vez, das grandes - havia um grupo de professores que desconsiderava as atividades oficiais do evento - para as quais os elementos foram enviados por suas ADs, com despesas pagas - para montar estratégias de como derrubar as propostas da Diretoria e, também, de como inviabilizar a ação da Diretoria. Ou seja, dane-se a Universidade, dane-se o País, o mais importante é a reconquista do poder. Assim, deram-se ao luxo de intentar um congresso paralelo. Houve situações lamentáveis. Para ficar em apenas duas, segue-se um relato breve.

Comecemos com a nossa, para evitar discriminações. Dois participantes da delegação da Adufrrgs tentaram desqualificar - e, mesmo, descredenciar, num ato suicida - a própria Delegação. O ditado diz: roupa suja, lava-se me casa: mas, houve a preferência estratégica de lavação pública ao invés da solução dentro dos limites e com os mecanismos da própria AD - preferiu-se a ação massiva do grupo de apoio, pretendendo levar-se de roldão. Ou, como diziam alguns

(dos Bolcheviques): "A ordem dos tratores não afeta o produto". Isto foi uma discussão de, no mínimo, uma hora. É claro que o objetivo era o de ridicularizar a Direção da AD e a Direção Nacional.

clusive geraram-se documentos. Isto já na Plenária Inicial. E o País e a Universidade evoluíram em seus problemas.

Indo, de um pulo, para a Plenária Final, alguém introduziu no recinto um produto destilado, provavelmente originário da Paraíba. Bem, isto não precisa de maiores comentários, apenas o de lembrar que o Plenário é ambiente de trabalho e não de festa.

Talvez este tenha sido o espírito de um bom número de pessoas. Notava-se que muitas estavam em plenário apenas para levantar o cartão de voto. A conversa corria solta e a única obrigação seria na hora de votar. Então, olhava-se para a frente do Plenário e via-se a atitude de pessoas que faziam a coordenação do Plenário. "Olha, ele/ela levantou o carão: temos que levantar". Pouco importava o que estava sendo votado. Assim, os Bolcheviques aprovavam o que pretendiam. Inclusive conseguiram a proeza de não aprovar relatórios que eles próprios haviam já redigido. Dá para entender?

É claro que muitas outras situações ocorreram. Mas estas, creio, dão o espírito.

E o mais engraçado é que os discursos são pretendamente legitimados, pois "falam em nomes das bases". E todo o mundo sabe quantas pessoas vão para as AGs para tirar Delegados/Observadores para esses eventos. O que se nota é que são sempre as mesmas pessoas. Dá mais a impressão de que falam para si mesmas e que, de tanto repetir, pretendem que ouviram de outros - as ditas bases. Ou seja, você.

Professor, é o teu futuro, o teu dinheiro, tua imagem, tua vida profissional que está em jogo. Há que se dar conta destes meandros. Até que ponto o que pensas é o que está sendo defendido e aprovado? A quem interessa a estagnação do Sindicato? O MEC, o Ministro, a ANDIFES não interessam? A GED não interessa? E a Autonomia? E a C&T? Afinal, o que interessa?



Lá pelas tantas, ouve mudança do discurso. Consultado o guru de plantão, viram que estavam atirando além do alvo, pois as pessoas de bom senso - e que lá foram com o intuito sincero de contribuir para a construção do Sindicato, no contexto da Universidade, do País e do Mundo - entenderam que estavam sendo usadas como massa de manobra e cansaram-se de tamanho proselitismo. Isto já criou uma enorme má vontade e um grande desgaste dos participantes - in-

André Marenco / Depto de Ciência Política / IFCH-UFRGS

Leviatã em pele de cordeiro



Tenho acompanhado as opiniões proferidas acerca da autonomia da Fapergs. Fiquei surpreso com o artigo do Professor Rualdo Menegat, publicado no Adverso nº 45. Quando algum porta-voz do tucanato, vez por outra, justifica uma legislação que permite a interferência governamental na escolha de reitores e dirigentes universitários, isto já não causa espécie. É coerente com quem o faz. Que os mesmos argumentos sejam tomados emprestados por quem sempre esteve comprometido com a autonomia e democracia na universidade é algo que deve preocupar.

De fato, cientistas sociais costumam "defender que órgãos de fomento da ciência sejam autônomos". Isto por que a matéria-prima de sua atividade científica é fornecida pela experiência social e

política das gerações precedentes. Os bons cientistas sociais sabem o que acontece quando as fronteiras entre governo e Estado, Estado e sociedade são dissolvidas. O totalitarismo representa justamente isto. A ciência, a cultura, o esporte, o lazer, todas as dimensões da vida social são moldadas segundo os valores de quem exerce a autoridade política. No nazismo, a atividade científica estava "coadunada com as diretrizes políticas gerais do governo". O resultado foi a eugenia. Uma versão mais caricata desta ameaça foi oferecida pelo pensamento stalinista (falar em pensamento stalinista não deixa de ser uma contradição em termos): fomentar uma ciência "proletária" para combater a ciência "burguesa". Não é preciso ser cientista social para compreender os perigos con-

tidos nesta visão. Basta ser coerente.

A melhor contribuição que a ciência pode dar para melhorar a sociedade é quando ela é, realmente, ciência. Quando não se dobra à doxa. Uma atividade científica rigorosa é algo cujo tempo de investimento e maturação não se enquadra no calendário eleitoral e no intervalo de 4 anos que marca a substituição de um governante pelo outro. Da mesma forma, nem sempre a autoridade de plantão é a mais apta para julgar a validade científica de uma pesquisa. Por isto, o mérito acadêmico e o reconhecimento entre os pares consiste num procedimento indispensável. Por isto, a autonomia da atividade científica deve ser defendida. Quando estamos na oposição ou no governo.



Assassinos em série

O fenômeno dos assassinos em série (serial killers) parecia, até há algum tempo, algo tipicamente norte-americano. Integava, de alguma forma, o espírito objetivo desta época

contraditória e tantas vezes alucinada, mas de um jeito americano, algo talvez como um "american way of murder". De fato, as demais nações só conheciam registros esporádicos do fenômeno. Os Estados Unidos, por contraste, têm convivido com ele há algumas décadas e, ao que tudo indica, com uma freqüência crescente. Alguns filmes o registraram bastante bem. Lembre-se da performance de Jody Foster e Anthony Hopkins em "O silêncio dos inocentes" ou da parábola assustadora de Oliver Stone em "Natural Born Killer". Pois bem, senhoras e senhores, o Brasil parece estar se preparando para a entrada do próximo milênio como forte candidato às desgraças preparadas por estes personagens terríveis. Nos últimos meses, um moto-boy, em São Paulo, e um pescador, em Rio Grande, espalharam pânico e praticaram uma sucessão de crimes indescritíveis. Mais recentemente, um enfermeiro no Rio pôs-se a "abreviar" a vida dos pacientes em conluio com umas destas máfias que se articulam no ramo funerário.

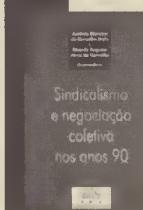
Há centenas de estudos sobre o fenômeno dos serial killers, basicamente nos EUA. A definição preliminar sobre o fenômeno aponta para várias características importantes. Assim, por exemplo, são considerados "assassinos em série" aqueles que mataram mais de três pessoas, uma de cada vez, em um espaço cur-

to de tempo, etc... Uma das características mais impressionantes, entretanto, apontada por vários autores, é o fato deste tipo especial de homicida "assinar" sempre seus crimes como se estivesse produzindo uma obra. Assim, um serial killer de verdade deixa sempre uma marca inconfundível. Isto seria decorrente da própria psicopatia pressuposta por aqueles que matam compulsivamente e que precisam do reconhecimento público mais do que do sangue de suas vítimas. Dito de outra forma: na base do horror ali produzido poderíamos encontrar o objetivo da notoriedade. Esta mesma hipótese tem inspirado estudos de psicólogos norte-americanos onde se estabelece uma correlação entre os serial killers e a pena de morte. Nos EUA - última democracia do mundo a admitir a pena capital - há, necessariamente, um longo lapso temporal entre a sentença pela morte e a execução, imposição dos próprios prazos e instâncias recursais. Neste período, a polêmica e a cobertura da mídia transformam os condenados em "celebridades" nacionais. O que alguns especialistas estão a sugerir é que este resultado - a fama alcançada no "corredor da morte" - terminaria por estimular a ocorrência do próprio fenômeno dos assassinos em série.

Estamos a falar, evidentemente, de uma hipótese. Se ela estiver correta, entretanto, penso que a imprensa brasileira teria uma longa reflexão a fazer. Afinal, por que motivos mesmo um maníaco dever ser capa de uma revista nacional, ou o que é pior, conceder longa e escabrosa entrevista no Fantástico? Não poderia ser este um caminho capaz de inspirar ações semelhantes?



ORELHA

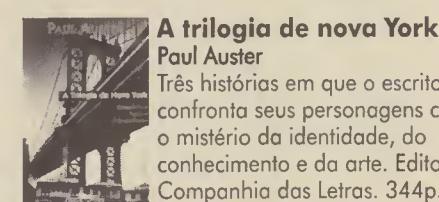


Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90

Antônio Moreira de Carvalho Neto e Ricardo Augusto Alves de Carvalho (orgs.)

Resultado do amplo debate produzido pelo Instituto de Relações do Trabalho /PUC Minas, traz artigos sobre sindicalismo internacional e brasileiro, suas perspectivas e desafios.

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. 400 p.



A trilogia de nova York

Paul Auster

Três histórias em que o escritor confronta seus personagens com o mistério da identidade, do conhecimento e da arte. Editora Companhia das Letras. 344p.

A Guerrilha Brancaleone

Cláudio Antônio Weyne Gutiérrez

Narrativa das andanças de um grupo dissidente do PCB no final dos anos 60, na maioria estudantes do Colégio Júlio de Castilhos e moradores do bairro Bom Fim. Editora Proletra.



AD NAUSEAM

TEMER X ACM



HEMEROTECA

Jornais Diários

Zero Hora
Correio do Povo
Folha de S. Paulo

WWW

Economia

- www.oswego.edu/~economic/oldbooks.htm
- Obras sobre economia clássica e política econômica
- www.broadcast.com
- Eventos com transmissão pela Internet

"A Universidade não pode perder sua credibilidade"

A pesquisa sobre a instalação das montadoras GM e Ford no Estado, realizada por um departamento da Ufrgs, rendeu muita polêmica na imprensa e no meio acadêmico. Nesta entrevista com Benedito Tadeu César, pesquisador e professor de Ciência Política, percebe-se que o debate, que envolve o papel da própria Universidade, não terminou. Leia por quê.

ADverso - Quais são as críticas com relação à pesquisa feita pelo CEPA?

Benedito Tadeu César - Qualquer profissional que vá fazer uma pesquisa de opinião tem que observar certos critérios, certa metodologia tanto da estatística, quanto da sociologia como da ciência política. Me parece que isso não foi feito na pesquisa realizada sobre as montadoras. Foram escolhidas algumas cidades com a seguinte justificativa dada pelo coordenador da pesquisa no programa Conversas Cruzadas (canal 36): Porto Alegre não entrou porque é a capital, Novo Hamburgo entrou porque é uma cidade de colonização alemã e italiana, Portão entrou porque representa os pequenos municípios e outras duas cidades entraram porque são cidades diretamente interessadas. Ora, isso não são critérios! Não vamos nem falar nas duas cidades onde seriam instaladas as montadoras porque são os mais beneficiados ou prejudicados no caso. Agora, existe algum dado que demonstre que Portão representa os pequenos municípios do estado? Como eles sabem disso? Outra questão é o número de questionários aplicados, que foram 50 em Portão e 50 em Novo Hamburgo, municípios que não têm o mesmo tamanho. Você tem que fazer uma ponderação para equilibrar isso. Não consta, pelo menos na metodologia publicada, que isso tenha sido feito. E mais ainda, como você pode, com seis cidades da Região Metropolitana, dizer que elas representam a Região Metropolitana?

Adverso - Mas a maneira como a pesquisa foi divulgada não foge à responsabilidade do CEPA?

Benedito - Veja a manchete da Zero hora: "63,9% apóiam o cumprimento dos contratos com GM e Ford". 63,9% do quê? Dos barbados do RS, dos que têm olho azul, de quem? Se você ler a matéria vai descobrir que são 63,9% dos moradores da área metropolitana. Só que a gente pode contestar esse dado. Será que são mesmo moradores da região metropolitana? Eles são representativos? A maneira como isso foi divulgado e isso foi feito conscientemente pelos veículos, dá a impressão de que são 63,9% dos moradores do Rio Grande

do Sul, dos gaúchos. Se não é, deveria estar explícito. Não adianta dizer que a responsabilidade disso não é de quem fez a pesquisa, porque tem que se preocupar em definir critérios para a divulgação. Se foram definidos critérios e foi divulgada de maneira incorreta, devia ter sido contestado

Adverso - No mercado, os institutos de pesquisa não têm como interferir na forma de divulgação.

Benedito - Quando se está utilizando o nome de uma instituição que tem a credibilidade que tem a Ufrgs, essas coisas não podem passar ignoradas. É aí que a coisa fica muito séria. As informações que nós levantamos são contraditórias. A RBS nos comunicou que procurou a Reitoria da universidade para fazer um convênio porque tinha interesse em estreitar relações e fortalecer algum núcleo de pesquisa que pudesse lhe prestar serviços. Segundo a RBS, a Reitoria da universidade encaminhou ao CEPA. A versão apresentada pela Reitoria é que aquilo chegou pronto, que a proposta era encaminhada via CEPA. Aí é palavra contra palavra. Nós procuramos a Reitoria porque não concordamos que um trabalho desse tipo seja desenvolvido sem que os departamentos na universidade que fazem pesquisa de opinião sequer tivessem sido consultados. Fiz novo contato com a RBS, através do responsável pela mídia eletrônica, e ele me deu uma informação que é muito elucidativa. Ele me disse que a RBS estava aberta a qualquer reformulação do convênio porque para eles não interessa quem esteja fazendo a pesquisa. O que interessa para a RBS é a "grife Ufrgs".

Adverso - Por que é tão importante para a RBS a "Grife Ufrgs"?

Benedito - A RBS teve, reconhecidamente, sua credibilidade abalada com episódios de manipulação e inconsistência de dados de pesquisas no primeiro turno do processo eleitoral de 1998. Há uns 15 dias antes da eleição, divulgou-se que o Antônio Britto tinha virado a eleição e ultrapassado Olívio Dutra. O representante do Ibope declarou que a pesquisa tinha margem de erro de 15%. Ora, uma pesquisa que tem essa margem de erro tem uma variação de 30%! O Ibope se resguardou que não fez essa pesquisa, que não autorizou a divulgação e que a RBS recortou uma amostra de outra pesquisa e divulgou. A RBS se defendeu alegando que os da-



Tadeu: A credibilidade é nosso maior patrimônio

mos disputando o mercado com os alunos. E vamos montar centros dentro da universidade, empresas com todo respaldo e credibilidade da grife Ufrgs que os alunos não terão isso. A universidade não pode ser um grande guarda-chuva para pseudo-empregos ou pólo de empresas no interior da instituição.

Adverso - Isso está acontecendo?

Benedito - Talvez. O que gerou toda a celeuma foi o fato de se usar o nome da Ufrgs. Se um órgão da universidade faz uma pesquisa e a divulga na mídia em nome da instituição, negou-se a possibilidade do debate acadêmico. Uma pesquisa de opinião não é para ficar restrita ao meio acadêmico, ela tem que ir para a mídia. Agora, tem que ser publicado em nome do departamento e não da instituição como um todo. O princípio da ciência é que tudo o que é pesquisado tem que ser comprovado. Só é científico o que é passível de ser refutado. Dizer que Deus existe não é científico, é um ato de fé porque não se pode, com evidências científicas, refutar isso. Então, é inerente à postura científica o debate, a confrontação das técnicas dos resultados. Eu não tenho notícia de universidade séria no mundo que faça isso. Se você pegar a Fipe (Fundação Instituto de Pesquisa Econômica), que é da USP, por exemplo. Não sai que a USP fez uma pesquisa, mas sim que a Fipe fez. Se você for para a França, vai encontrar lá pesquisas que são feitas para o jornal *Le Monde* pelo Observatório Político da Sorbonne. Mas não sai Sorbonne, sai Observatório de Estudos Políticos. Assim se preserva a credibilidade, que é o grande patrimônio de uma universidade.

Adverso - Como a Ufrgs respondeu a esses questionamentos?

Benedito - Eu não tenho notícia de resposta oficial da universidade. Nós enviamos um ofício para a reitora e tenho conhecimento de que a estatística e o departamento de sociologia também enviaram ofícios. Ao departamento de Ciência Política não houve resposta e, que eu saiba, para os outros departamentos também não. Eu sei que sobre esse convênio com a RBS houve um questionamento do Conselho Universitário. E não há, por parte daqueles que fizeram a pesquisa, nenhum esclarecimento público. Mas já se percebe que nas últimas pesquisas houve uma mudança sutil tanto da apresentação da metodologia quanto do fato da divulgação. Não é mais publicado como uma pesquisa "Ufrgs/RBS". Agora, publica-se pesquisa "CEPA/Ufrgs/RBS". Pelo menos, o CEPA está assumindo sua responsabilidade, o que é um grande avanço. Porque senão todos os professores e todas as faculdades desta Universidade terão sua credibilidade empenhada nessas pesquisas feitas por um departamento específico.